



Número: **0800218-44.2018.8.15.0301**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Mista de Pombal**

Última distribuição : **28/02/2018**

Valor da causa: **R\$ 3.881,25**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
LORENN WANDERLEY FORMIGA (AUTOR)		MAYARA ROAGNA DE SOUSA MEDEIROS (ADVOGADO) RHANIEL BEZERRA WANDERLEY E LIMA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
12783725	28/02/2018 11:09	Petição Inicial	Petição Inicial
12783783	28/02/2018 11:09	DOCUMENTOS PESSOAIS	Documento de Identificação
12783795	28/02/2018 11:09	PROCURAÇÃO	Procuração
12783811	28/02/2018 11:09	DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA	Documento de Comprovação
12783933	28/02/2018 11:09	FICHA HOSPITALAR	Documento de Comprovação
12792369	28/02/2018 11:09	FICHA HOSPITALAR	Documento de Comprovação
12792465	28/02/2018 11:09	ATESTADOS MÉDICOS	Documento de Comprovação
12792506	28/02/2018 11:09	DESPESAS MÉDICAS	Documento de Comprovação
12792549	28/02/2018 11:09	BOLETIM DE OCORRÊNCIA	Documento de Comprovação
12792622	28/02/2018 11:09	REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO	Documento de Comprovação
12946872	29/04/2018 17:36	Despacho	Despacho
13989423	02/05/2018 11:37	Petição	Petição
13989507	02/05/2018 11:37	REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO	Documento de Comprovação
14993189	25/06/2018 13:40	Expediente	Expediente
19499741	26/06/2020 00:32	Despacho	Despacho
32097564	06/07/2020 18:25	Comunicações	Comunicações
35724108	21/10/2020 08:55	Certidão	Certidão
35725155	22/10/2020 14:09	Decisão	Decisão
36293610	05/11/2020 13:35	Expediente	Expediente

36745 188	17/11/2020 14:36	Comunicações	Comunicações
37251 174	30/11/2020 14:39	Sentença	Sentença
37271 043	30/11/2020 17:19	Comunicações	Comunicações

EXCELENTÍSSIMO (A) DOUTOR (A) JUÍZ (A) DE DIREITO DA ____ VARA MISTA DA COMARCA DE POMBAL – PB.

LORENA WANDERLEY FORMIGA DE ALMEIDA, brasileira, casada, funcionária pública, inscrita no **RG nº. 3.326. 179** no **CPF sob o nº 070.057.244-96**, residente e domiciliado na Rua Odilon José de Assis, 296, Vida Nova, na cidade de Pombal, estado da Paraíba, por meio de seus procuradores e advogados que esta subscreve, com endereço no rodapé, vem, perante Vossa Excelência, ajuizar a presente

AÇÃO DE COBRANÇA

DO SEGURO DPVAT



Em desfavor da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, situada a Rua Senador Dantas, 76, 3º andar, CEP: 20.031-201, Centro, Rio de Janeiro – RJ, pelos fatos e motivos que passa a aduzir:

I - DOS FATOS

A promovente foi vítima de acidente de trânsito **no dia 25 de setembro de 2017**, tendo sido levada até o Hospital Regional de Pombal-PB pelo corpo de Bombeiros do município. Realizou exame de Raio-X e foi detectada a fratura DO PUNHO DIREITO E LESÃO NO JOELHO DIREITO CID 10- S 62.3, onde a mesma passou o período de 45 (quarenta e cinco) dias com gesso e após retirada foi lhe solicitado fisioterapia pelo período mínimo de 10 semanas.

Do malsinado acidente a promovente sofreu FRATURA DE PUNHO DIREITO (CID S62.3), ADM DE PUNHO DIREITO E DEDOS, submetendo-se à procedimento médico, uso de gesso áxilo palmar (tratamento conservador), que mesmo após o tratamento realizado, permanece impossibilitada de praticar suas atividades diárias de forma efetiva, em detrimento DAS FORTES DORES NA MÃO DIREITA E PERDA DA FORÇA MUSCULAR DO REFERIDO MEMBRO.

-

Logo, conforme Lauda Médico acostado aos autos, o promovente sofreu lesões de caráter grave, **debilidade permanente do uso de parte do membro superior direito., causando-lhe FRATURA DE PUNHO DIREITO (CID S62.3), ADM DE PUNHO DIREITO E DEDOS, bem ainda, perda da força muscular da mão direita**, fazendo jus à indenização em seu grau intenso (75%), que corresponde à importância de **R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, conforme estabelece a Lei 6.194/74 cominada com a TABELA da SUSEP.

Diante os fatos, na data de **26/10/2017**, requereu administrativamente a empresa demandada o pagamento da indenização do seguro Obrigatório DPVAT, referente à invalidez constante no Laudo de médico, pois o promovente terá que realizar no mínimo 10 sessões de fisioterapia, sendo uma semanal, ou seja, no mínimo quase 3 (três) de fisioterapia para tentar recuperar a força dos músculos e dedos do membro lesionado com o acidente, fato este que impossibilita a promovente de exercer suas atividades laborais de forma eficiente.



Ressalta-se Excelência, que **toda a documentação original que o autor tinha posse foi disponibilizada para a promovida**, não tendo o mesmo feito cópia dos documentos; motivo este que vem informar a não de documentos que não acompanham esta peça.

Diante os fatos, requereu administrativamente a empresa demandada o pagamento da indenização do seguro Obrigatório DPVAT, referente à invalidez permanente constante no Laudo de médico em anexo.

Acontece Excelência, que a seguradora realizou o pagamento, todavia o fez bem a quem do devido, uma vez que pagou (08/01/2018), apenas a importância de **R\$ 3.206,25 (três mil duzentos e seis reais e vinte e cinco centavos)**.

Ante os fatos, resta demonstrado que a companhia de seguros realizou o pagamento da indenização no valor menor que o realmente devido, devendo complementar o pagamento do sinistro em **R\$ 3.881,25 (três mil oitocentos e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos)**, os quais devem ser acrescidos de juros e correção monetária.

II - DO DIREITO

II. 1. - REGULAMENTAÇÃO JURÍDICA

A matéria encontra-se regulamentada pela lei 6.194/74, que determina o pagamento de indenização de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) aos beneficiários das vítimas de acidentes de trânsito, em caso de invalidez permanente, consoante se depreende, da leitura do caput do art. 3º, e inciso II, alterada pela LEI 11.482/07, *in verbis*:

“Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:



II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

Todavia, as seguradoras não cumpriram sequer com os normativos da CNSP, pois não estabeleceu índices percentuais correspondente a debilidade que ficou sujeito o promovente.

Desta forma, aplicando-se os limites estabelecidos pela lei, bem como usando a própria TABELA DA CNSP, percebe-se que a indenização foi paga em valores inferiores aos realmente devidos, merecendo, pois ser feito justiça, condenando-se a empresa promovida ao pagamento do valor devido.

As seguradoras não vêm cumprindo o que determina a lei, alegando em seu favor RESOLUÇÕES editadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, que fixam os valores das indenizações para cada tipo de cobertura.

Outrossim, registre que os documentos anexados, são suficientes a um julgamento meritório, sendo dispensado a apresentação de Laudo do IML, conforme decisão:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – INVALIDEZ PERMANENTE – INTERESSE PROCESSUAL – EXISTÊNCIA – FIXAÇÃO DO QUANTUM A SER INDENIZADO – DIFERENÇA – COMPLEMENTAÇÃO – LAUDO DO IML – DOCUMENTO DISPENSÁVEL – COMPETÊNCIA DO CNSP – VINCULAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO – CORREÇÃO MONETÁRIA – INAPLICABILIDADE – 1. Sabe-se que o interesse processual alicerça-se pelo atendimento do binômio necessidade-adequação e necessidade- utilidade, logo compete ao autor demonstrar que, sem a interferência do judiciário, sua pretensão corre riscos de não ser satisfeita espontaneamente pelo réu. 2. O valor do seguro obrigatório e de 40 (quarenta) salários mínimos, impondo que a seguradora pague aos beneficiários a diferença da indenização securitária, mesmo que tenha sido dada quitação plena. Assim, ao beneficiário do seguro DPVAT que receber valor menor que o previsto em Lei assiste o direito a respectiva diferença. **3. E dispensável o laudo proveniente do instituto médico legal, quando os documentos carreados aos autos são suficientes para confirmar a invalidez permanente da vítima, ocasionando em virtude de acidente de trânsito.** 4. O cnsf somente esta autorizado a estabelecer regras para atender ao pagamento de indenizações, a forma de sua distribuição entre as seguradoras, bem como eventuais tarifas a serem instituídas por resolução, mas não discutir e fixar o quantum a ser indenizado. 5. Não há qualquer irregularidade em se estabelecer indenização relativa ao seguro obrigatório acidentário (DPVAT), com base em salários mínimos, posto que a espécie não foi utilizada como fator de correção monetária, e sim como parâmetro para fixar o montante a ser ressarcido, e foi editada na forma descrita na Lei nº 6.194/74, artigo 3, alínea a e seguintes, não servindo de óbice óbice, ao direito de percepção, simples portaria lançada pelo cnsf. 6. O salário mínimo a ser aplicado deve ser o vigente a época da liquidação do sinistro (ou seja, do efetivo pagamento), sob pena de importar em enriquecimento sem causa da seguradora. 7. A correção monetária, no caso, não é devida, já que o valor apresentado na inicial e deferido pelo digno magistrado sentenciante já esta atualizado de acordo com o salário mínimo vigente, sendo devido a partir do ajuizamento da ação, somente nos casos em que a condenação se da com base no salário mínimo vigente na época do sinistro, devendo, assim, ser corrigido o valor base da indenização, a fim de evitar perda para a



parte contratante e para o lesado, hájá vista que o salário mínimo já e corrigido anualmente. Apelo conhecido e parcialmente provido. (TJGO – AC 106779-9/190 – (200604152234) – 3ª C.Cív. – Rel. Des. Nelma Branco Ferreira Perilo – J. 07.05.2007).

(...)

PELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA DE BENEFÍCIO DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA SEGURADORA ELEITA – DESNECESSIDADE DE JUNTADA DE LAUDO EXPEDIDO PELO IML – RETROATIVIDADE DA LEI Nº 8441/92 – INCOMPETÊNCIA LEGISLATIVA DO CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS – CNSP – QUANTIFICAÇÃO DA INDENIZAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS – INEXISTÊNCIA DE TRANSGRESSÃO A CF/88 (ART. 7, IV). HONORÁRIOS – JUSTA FIXAÇÃO – I. A responsabilidade da seguradora eleita para pagamento de seguro obrigatório (DPVAT) e de natureza objetiva, nos termos do que preceitua o artigo 5, da Lei nº 6194/74. Assim, para efeitos de cobrança do benefício, torna-se dispensável a prova do nexo de causalidade entre o fato e o evento danoso. **II. Faz-se prescindível a comprovação do estado de invalidez permanente laudo de exame corporal confeccionado pelo instituto médico legal, porquanto inexigível tal documento pelas Leis que regem a matéria 6194/74 e 8441/92.** III. A Lei n.8441/92 e dotada de força retroativa em face da Lei nº 6194/74, haja vista serem as modificações do texto original pela Lei posterior de caráter meramente procedimental, não tendo alterado a substância da norma ou o direito do beneficiário. IV. A fixação legal do valor da indenização do seguro DPVAT em 40 salários mínimos não constitui ofensa ao artigo 7, IV, da Lei Maior. Precedentes do supremo tribunal federal V - Os honorários fixados em 20 por cento sobre o valor da condenação são justos, na medida em que, prudentemente, foi adotado o critério estipulado pelo parágrafo 3, do artigo 20, do CPC. Apelação conhecida, mas improvida. (TJGO – AC 107626-0/190 – (200700402211) – 1ª C.Cív. – Rel. Des. Joao Ubaldo Ferreira – J. 07.05.2007).

O TJ da Paraíba já decidiu não ser necessário laudo de IML quando a prova pericial existente nos autos for suficiente para o julgamento da lide, vejamos:

APELAÇÃO CÍVEL Nº 078.2006.000.336-1/001 .

RELATOR: Des. José Di Lorenzo Serpa . APELANTE: Itaú Seguros S/A (Adv. Alysso Filgueira Carneiro Lopes da Cruz) . APELADO: Elielzo de Lima Oliveira (Adv. Wamberto Balbino Sales). APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ PERMANENTE. **Realização de perícia pelo Instituto Médico Legal. Prescindibilidade. Existência de certidão de ocorrência policial, laudo médico conclusivo e prova testemunhal.** Provas suficientes. Livre convencimento motivado do magistrado. Quantum ressarcitório fixado em salários-mínimos. Determinação do artigo 3º da Lei nº 6194/77. Revogação. Inexistência. Manutenção da decisão combatida. **Mostra-se prescindível a realização de perícia pelo Instituto Médico Legal, quando as provas carreadas aos autos apresentam-se suficientes e satisfatórias para a formação do convencimento motivado do magistrado.**



Nos termos de regência do artigo 3º, alínea .b., da Lei nº 6194/77, a indenização em caso de invalidez permanente deve ser fixada em até 40 (quarenta) salários mínimos. Descabe a revogação do art. 3º da Lei nº 6205/75, pois, consoante jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, subsiste o critério de fixação da indenização em salários mínimos, previsto na referida lei, por não constituir fator de correção monetária, mas sim, em base para quantificação do montante ressarcitório. ACORDA o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, por sua 1ª Câmara Cível, à unanimidade, desprover o recurso, nos termos do voto do relator. (*diário da Justiça da Paraíba, dia 10/04/2007, pg. 5*).

III. 2 - DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em casos de Seguro Obrigatório DPVAT, quando se tratar de verba complementar indenizatória, a correção monetária deverá iniciar-se a partir da data do ato ilícito que ensejou prejuízo para a vítima, compreendendo portanto, a data em que a seguradora não adimpliu corretamente ao pagamento em via administrativa, fazendo-o a menor. Deste modo entende o **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA em sua Súmula 43 que assim preleciona: "Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo"**.

Coadunando com este mesmo entendimento, segue julgado do ilustre Relator José Sebastiao Fagundes Cunha do **TJPR** - **Apelação Cível: AC 4451245 PR 0445124-5**:

Ementa

RECURSO DE APELAÇÃO COBRANÇA. SEGURO. DPVAT. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA RECEBIDA PARCIALMENTE. QUITAÇÃO DO VALOR PAGO À MENOR. FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO VINCULADA AO SALÁRIO MÍNIMO. POSSIBILIDADE. RESOLUÇÃO CNSP. NORMA QUE NÃO PODE SOBREPOR-SE À LEI ORDINÁRIA. HIERARQUIA DAS NORMAS. CORREÇÃO MONETÁRIA. SÚMULA 43 DO STJ. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. RECURSO ADESIVO COBRANÇA. SEGURO DPVAT. QUITAÇÃO DA INDENIZAÇÃO EFETUADA A MENOR. INCIDÊNCIA DE JUROS DESDE O PAGAMENTO ADMINISTRATIVO. JUROS. 1% AO MÊS A PARTIR DA VIGÊNCIA DO CÓDIGO CIVIL DE 2002 - (12.01.2003) - E INCIDÊNCIA DE 0,5% ANTES DESTA DATA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MAJORAÇÃO. RECURSO ADESIVO CONHECIDO E PROVIDO PARCIALMENTE. 1. Restando demonstrado que o valor do seguro obrigatório DPVAT não foi pago em sua integralidade (40 salários mínimos), faz jus a autora ao recebimento da diferença entre o que foi pago e o que deveria sê-lo.

(...)

4. Súmula 43 do STJ: "Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo". No caso em apreço, verificou-se o ato ilícito contratual da seguradora quando não adimpliu corretamente, em sede administrativa, com a sua obrigação junto aos beneficiários do seguro obrigatório, motivo pelo qual é a partir desta data que a correção monetária deve incidir.



Consoante o exposto, pedimos licença para deixa de discorrer sobre o mérito, para adentrarmos nos pedidos.

III - DOS PEDIDOS

EX POSITIS, requer a Vossa Excelência:

- a) a citação da promovida no endereço descrito no pórtico desta, para que no prazo legal em querendo, contestar a presente ação, sob pena de sofrer os efeitos da revelia e confissão;
- b) seja a ação julgada procedente, para condenar a promovida ao pagamento da **R\$ 3.881,25 (três mil oitocentos e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos)**, a título de indenização pelos danos em epígrafe, devidamente acrescidos de juros mora a partir da citação da empresa promovida e correção monetária, a contar da data em que ocorreu o acidente (25/09/2017);
- c) a inversão do ônus da prova, nos precisos termos do art. 6º, VIII do CODECOM;
- d) seja concedido os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA, assegurados pelos arts. 98 e seguintes do Código de Processo Civil/2015, tendo em vista não poder arcar com as despesas processuais por insuficiência de recursos.
- e) a condenação da empresa promovida nas custas processuais, honorários advocatícios no valor de 20% e demais emolumentos legais.



Requer que seja dispensada a designação da audiência de conciliação, nos termos do art. 319, VII c/c art. 334, §4º, I do Novo Código de Processo Civil, tendo em vista a prática de atitudes reiteradas da Promovida em não demonstrar interesse na realização da COMPOSIÇÃO CONSENSUAL.

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas admitidos em direito, além dos documentos que seguem em anexo, bem como REQUER, desde já, a produção de prova pericial, com a juntada dos quesitos.

Dar-se à causa para os devidos fins fiscais, o valor de **R\$ 3.881,25 (três mil oitocentos e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos).**

Termos em que,

Pede Deferimento.

Pombal – PB, 27 de fevereiro de 2018.

Bela. Mayara Roagna De Sousa Medeiros
OAB/PB.21.001

Bel. Rhaniel Bezerra Wanderley e Lima

OAB/PB 20.538





REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

V-02
P-239

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO



Mayara Wanderley Sousa de Almeida

Carteira de Identificação



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

3.326.179

-2 VIA

DATA DE
EXPEDIÇÃO

19/04/2013

NOME

LORENNNA WANDERLEY FORMIGA DE ALMEIDA

FILIAÇÃO JOAQUIM ALVES FORMIGA

ARTEMISIA BEZERRA WANDERLEY FORMIGA

NATURALIDADE

PAULISTA-PB

DATA DE NASCIMENTO

25/03/1989

DOC ORIGEM

CASAM N.13 FLS.07 LIV.01

CARTORIO POMBAL-PB

CPF

070.057.244-96

João Pessoa - PB

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



PROCURAÇÃO PARTICULAR

OUTORGANTE: LORENNA WANDERLEY FORMIGA DE ALMEIDA, brasileira, casada, funcionária pública, portadora do RG nº. 3.326.179- 2ª via e do CPF nº. 070.057.244-96, residente e domiciliado na Rua Odilon José de Assis, 296, Vida Nova, na cidade Pombal, estado da Paraíba.

OUTORGADOS: Dr. RHANIEL BEZERRA WANDERLEY E LIMA, brasileiro, casado, advogado OAB/PB 20.538, Dra. MAYARA ROAGNA MEDEIROS DE SOUSA, brasileira, solteira, advogada OAB/PB 21.001, ambos com escritório profissional à rua Cel. João Carneiro, 01 andar, Centro, CEP: 58.840-000, Pombal – PB.

PODERES:

Pelo presente instrumento de mandato, o (a) outorgante acima qualificado (a), nomeia e constitui o outorgado seu bastante procurador, com os mais amplos poderes, inclusive os gerais e especiais para o foro, representá-lo em juízo ou fora dele, de acordo com o estatuto da Advocacia – Lei 8.906/94, bem como perante qualquer repartição pública Federal, Estadual ou Municipal podendo dito procurador, com vistas ao cabal desempenho deste mandato, tudo requerer e praticar, patrocinar a defesa dos interesses do(a) outorgante como autor(a) ré(u), oponente, assistente, ou de qualquer forma interessada, usar dos poderes contidos na cláusula “*ad judicium*”, mais os poderes especiais de arguir suspeições, excepcionar, firmar compromisso, acordar, discordar, reconvir, desistir, transigir, fazer acordos, recorrer, assinar compromissos, prestar caução, requerer justiça gratuita, substabelecer com ou sem reserva, receber alvarás em nome do outorgante e finalmente, praticar todo e qualquer ato que se faça necessário ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, dando tudo por firme, justo e valioso.

Pombal (PB), 22 de dezembro de 2017.

Lorenn Wanderley Formiga de Almeida.
Outorgante



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

*Eu, **LORENNNA WANDERLEY FORMIGA DE ALMEIDA**,*
brasileira, professora, casada, inscrita no CPF sob o nº 070.057.244-96,
portadora da cédula de identidade RG sob o nº 3.326.179, residente e
domiciliada no Rua Odilon José de Assis, nº 296, bairro Vida Nova,
Pombal-Pb, desejando obter os benefícios da “Justiça Gratuita”, declara,
sob as penas da lei, que não possui recursos suficientes para custear
qualquer demanda, sem prejuízo do sustento próprio e da família, pelo
que, nos termos da Lei nº 1.060 de 05 de fevereiro de 1950, faz jus aos
benefícios da gratuidade da Justiça.

Declaro, ainda, ser conhecedor das sanções civis, administrativas e
criminais, caso o presente documento não porte a verdade.

Pombal-PB, 23 de Fevereiro de 2018.

Lorennna Wanderley Formiga de Almeida
LORENNNA WANDERLEY FORMIGA DE ALMEIDA
DECLARANTE





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
3º COMANDO REGIONAL BOMBEIROS MILITAR
6º BATALHÃO DE BOMBEIRO MILITAR
2ª COMPANHIA DE BOMBEIRO MILITAR
GABINETE DO COMANDANTE
BM - 3**

VISTO
Everson Caldas da Cruz
Comandante do CBM/6ºBBM
Mat.: 524.357-2

CERTIDÃO COMPROBATÓRIA – Nº 022/2017

Certificamos para os fins que se destina, que aproximadamente às 07h35min do dia 25 de setembro do ano de dois mil e dezessete, a guarnição de Auto Resgate desta Unidade do Corpo de Bombeiros Militar deslocou-se para atender ocorrência tipo queda de moto, ocorrido em via pública, na BR-230 próximo ao Novo Gás, saída para Patos no bairro Petrópolis na cidade de Pombal/PB.

MOVIMENTO DO SOCORRO: Hora do aviso: 07h30min#####

RELATO DO EVENTO: Ao chegar ao local solicitado, a Guarnição de Resgate dos Bombeiros se deparou com duas vítimas: a senhora **LORENNIA WANDERLEY FORMIGA DE ALMEIDA**, estando consciente e orientada, porém apresentando escoriações pelo corpo, queixando-se de dores na região da coluna e com suspeita de fratura próximo ao joelho. A segunda vítima foi o senhor **WALMARK DE ALMEIDA SOUSA**, seu esposo, este apresentando escoriações pelo corpo. As vítimas foram estabilizadas e imobilizadas. Logo em seguida foram conduzidas ao Hospital Regional de Pombal, ficando as mesmas aos cuidados do médico plantonista.

#####

VITIMAS FATAIS: NÃO HOUE#####

SOCORRISTAS: CB 525.821-9 **WAGNER LACERDA DANTAS**
SD 526.067-1 **DAIVSON MOREIRA GARCIA**
SD 525.999-1 **QUEUDINALDO NÓBREGA DE ASSIS**

SOLICITANTE DA CERTIDÃO: **WALMARK DE ALMEIDA SOUSA** – RG: 2.933.830 SSP/PB.

Marcio dos SANTOS Almeida
SD B/3 - Mat.: 525.998-3
ANTÔNIO ANDERSON LUCENA – 2º TEN QOBM
Chefe da B/3 da 2ªCBM/6ºBBM

Pombal, 09 de outubro de 2017.



**GOVERNO
DA PARAIBA**

Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba - 3º Comando Regional - 6º Batalhão - 2ª Companhia
Rua Antônio Ferreira, S/N, Centro, 58840-000 - Pombal-PB
Fone: (83) 3431-3548 - email: bombeiros.pombal@gmail.com





FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

CÓDIGO DA UNIDADE: 000734/0 CNPJ/CPF: 08.778.268/0004-03

☐ AZUL

☐ VERDE

☐ AMARELA

☐ LARANJA

☐ VERMELHA

ENFERMARIA: _____

LEITO: _____

PACIENTE:

NOME: Worena Wanderley Formiga de Almeida

COR: _____ DATA DE NASCIMENTO: 25/03/89 IDADE: 28 SEXO: F

NOME DA MÃE: Antenusa Bezerra W. Formiga PROFISSÃO: Professora

CARTÃO DO SUS: _____ RG/CNH: RG-31326179

MUNICÍPIO: Pombal ENDEREÇO: Odilon Gomes de Assis

ESTADO: PB CEP: 58840-000 CÓDIGO DO MUNICÍPIO: _____ DATA DE ATEND.: 25/09/17

SINAIS VITAIS:

PA: _____ SPO: _____ FC: _____ R: _____ HGT: _____

T: _____ PESO: _____ GESTANTE: () SIM () NÃO SE SIM, SEMANAS: _____

QUEIXAS: _____

MEDICAÇÃO EM USO: _____

ALÉRGICO: () SIM () NÃO SE SIM, AO QUE: _____

ANAMNESE E EXAME FÍSICO SUMÁRIOS:

Doença de Scharf
de 10/10; 4 meses e 10 dias
e 10 no peito.

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE:

TIPOS: Exame físico

RESULTADOS: _____

PRESCRIÇÃO MÉDICA/MATERIAL UTILIZADO:

1° Exame físico

2° Exame físico

3° Exame físico

4° Exame físico

5° Exame físico

6° Exame físico

7° Exame físico

8° Exame físico

9° Exame físico

10° Exame físico

11° Exame físico

12° Exame físico

13° Exame físico

14° Exame físico

15° Exame físico

16° Exame físico

17° Exame físico

18° Exame físico

19° Exame físico

20° Exame físico



GOVERNO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE

HOSPITAL REGIONAL DE POMBAL "SENADOR RUI CARNEIRO"



DIAGNÓSTICO MÉDICO/CID: _____

OBSERVAÇÕES DA ENFERMAGEM:

ASS./COREN: _____

CARACTERIZAÇÃO DO ATENDIMENTO:

NATUREZA DA CONSULTA:

CONSULTA BÁSICA (PAD): _____

CONSULTA ESPECIALIZADA: _____

PROCEDIMENTO

TIPO DE ATENDIMENTO:

- ☐ 01 - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA;
- ☐ 02 - PRIMEIRA CONSULTA;
- ☐ 03 - CONSULTA SUBSEQUENTE;
- ☐ 04 - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA / EMERGÊNCIA COM REFERÊNCIA PARA OUTRA UNIDADE;
- ☐ 05 - VACINAÇÃO DE ROTINA;
- ☐ 06 - VACINAÇÃO DE BLOQUEIO (SURTO OU SITUAÇÕES PARTICULARES);
- ☐ 07 - VACINAÇÃO DE CAMPANHA;
- ☐ 08 - PRIMEIRA CONSULTA ANUAL COM REFERÊNCIA PARA OUTRA UNIDADE;
- ☐ 09 - CONSULTA SUBSEQUENTE COM REFERÊNCIA PARA OUTRA UNIDADE.

MEDICAÇÃO:

- ☐ 1 - PRESCRIÇÃO
- ☐ 2 - APLICADA

- ☐ OBSERVAÇÃO
- ☐ OUTRO HOSPITAL

ENCAMINHAMENTO:

- ☐ RESIDÊNCIA
- ☐ ÓBITO

- ☐ INTERNAÇÃO
- ☐ OUTROS

SERVIÇOS REALIZADOS:

CÓDIGO/PROCEDIMENTO	ATIV. PROF.	TIPO ATEND.	GRUPO ATEND.	FAIXA ETÁRIA
0301060061	22	11	21	

ASS. DO (S) PROFISSIONAL (IS) ASSISTENTE (S) - CARIMBO (S)

ASS. DO PACIENTE/ACOMPANHAMENTO OU RESPONSÁVEL

OU POLEGAR DIREITO

Valmir de M. Almeida Sousa

ASS. DO REVISOR TÉCNICO - CARIMBO

ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO - CARIMBO





GOVERNO
DA PARAÍBA

GOVERNO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DE POMBAL
"SENADOR RUI CARNEIRO"



ATESTADO MÉDICO

Atesto, para os devidos fins, que

Francisca de Almeida portador do RG 362.3

Foi submetido (a) à consulta médica nesta data, no horário das _____ horas,

Sendo portador da infecção CID-10

Em decorrência, deverá permanecer afastado (a) de suas atividades laborativas por um período de 30 (trinta) dias, a partir desta data.

Pombal-PB, 25 de 09 de 2017

Dr. José Cassimiro Neto
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA
CRM/PB 7801 TEOT 15253

Assinatura e Carimbo do Médico

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____, autorizo o

Dr. _____, a registrar o diagnóstico codificado CID ou por extenso neste atestado médico.

Assinatura do paciente ou responsável





GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE SAÚDE



HOSPITAL REGIONAL DE POMBAL "SENADOR RUI CARNEIRO"

SECRETARIA DE SAÚDE

ATESTADO MÉDICO

Atesto, para os devidos fins, que Loganna
Wanderley Ferreira de Almeida
portador (a) do RG _____, foi submetido(a) à
consulta médica nesta data, no horário das _____ horas,
sendo portador da infecção CID-10 S62.3.
Em decorrência, deverá permanecer afastado(a) de suas
atividades laborativas por um período de 12
(Doze) dias, a partir desta data.

Pombal - PB, 26 de 10 de 20 17

Dr. José Cassimiro Neto
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA
CRM/PB 7801 TEOT 15253

Assinatura e Carimbo do Médico

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____ autorizo o

Dr. _____, a registrar o diagnóstico
codificado CID ou por extenso neste atestado médico.

Assinatura do paciente ou Responsável





CNPJ: 03.166.237/0001-35 J.J.G C VAREJ DE P F
LTDA EPP

IE: 161241140

RUA TENENTE AURELIO CAVALCANTE, 34,
CENTRO, POMBAL-PB
Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Consumidor
Eletrônica

Código	Descrição	Qtde. Un.	Vi. Unit.	Vi. Total
1063	TANDRILAX C/30 DRAG	1 CX	34,53	34,53
7290	BIOFLAC 15MG C/10 COMP	1 UN	47,21	47,21
10888	VERHAGEL C/ 25 G	1 UN	36,00	36,00
Qtde. total de itens				3
Valor total R\$				117,74
Valor a pagar R\$				117,74
FORMA PAGAMENTO				VALOR PAGO R\$
Total Pago R\$				117,74
Crédito Loja				117,74

Consulte pela Chave de Acesso em

<http://www.receita.pb.gov.br/nfce?>

2517 0903 1662 3700 0135 6500 1000 1375 0910 0000 0004



CONSUMIDOR CPF:
113.085.593-72 ARTEMISIA
BEZERRA WANDERLEY
FORMIGA - RUA ODILON
JOSE DE ASSIS, 296,
CENTRO, POMBAL-PB

NFC-e nº 137509 Série 1
25/09/2017 12:42:59 Via
Consumidor

Protocolo de autorização:
325170207716777

Data de autorização:
25/09/2017 12:41:19

Tributos Totais Incidentes (Lei Federal 12.741/2012) Federal
R\$12,50 Estadual R\$6,48 Municipal R\$0,00

Não permite aproveitamento de crédito de ICMS

VENDEDOR: 4 - JANDILSON ALENCAR



DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL

3ª Superintendência Regional

19ª Delegacia Seccional

2ª Delegacia Distrital de Pombal

Rua Cel. João Carneiro, 288 – centro – Pombal-PB



**POLÍCIA
CIVIL**
PARAÍBA



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

Secretaria de Estado da
Segurança e da Defesa Social

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 662/2017

Versando sobre: **ACIDENTE DE TRANSITO**

Data do fato: **25/09/2017 – por volta das 07:00horas**

Local do ocorrido: **BR 230 saída para Patos-PB , EM POMBAL-PB**

Data e hora em que a Delegacia tomou conhecimento: **02/10/2017– 15:00 Horas**

COMUNICANTE: LORENNIA WANDERLEY FORMIGA DE ALMEIDA, Filiação: Joaquim Alves Formiga e Artemisia Bezerra Wanderley Formiga; **Profissão:** professora; **Estado Civil:** casada; **Naturalidade:** Paulista-PB; **A Nacionalidade:** bras.; **Data de Nascimento:** 25/03/1989; **Endereço Residencial:** Rua Odilon José de Assis-PB, 296, Vida Nova, Pombal-PB; //; **Telefone:** 83 999165292/**Portador de RG nº 3.326.179 SSP-PB. CPF 070.057.244-96**

HISTÓRICO: Que afirma a comunicante que no dia e hora acima informados, ocupava como passageira a motocicleta **HONDA BIZ 125 ES - ANO 2011 – COR VERMELHA- PLACA OEZ 7657/PB, CHASSI 9C2JC4820BR262507**, licenciada em nome de Artemisia Bezerra W. Formiga; Que o condutor da motocicleta era o esposo da comunicante, VALMARCK DE ALMEIDA SOUSA; Que trafegavam na BR 230, saída para Patos, quando o pneu dianteiro da motocicleta esvaziou-se, fazendo com que o condutor perdesse o controle da motocicleta, vindo a caírem em frente ao Lojão da Cerâmica; Que com a queda a comunicante foi lançada ao chão, sofrendo fratura no braço direito, e lesão no joelho direito; Que foi socorrida juntamente com seu esposo pelo corpo de bombeiros de Pombal para o Hospital Regional desta cidade, onde foi atendida e constatada a fratura no braço e lesão no joelho; Que no hospital recebeu o atendimento necessário e horas depois foi liberada; Que testemunhou o fato a pessoa de: VALMARCK DE ALMEIDA SOUSA, RG 2933830 SSP-PB, residente a Rua Odilon José de Assis-PB, 296, Vida Nova, Pombal-PB; Que a comunicante está impossibilitada de assinar o Boletim em virtude de não poder movimentar os dedos da direita, pois os ligamentos foram atingidos. Que compareceu nesta Delegacia de Polícia, para registrar o fato, para fins de direito.

Pombal – PB, 02 de OUTUBRO de 2017.

AUTORIDADE POLICIAL: Del. Pol. JOSÉ AROLDO ASSIS DE QUEIROGA.

OBS: O comunicante está cientificado das imputações cominadas nos artigos 299 e 340 do C. P. B.



COMUNICANTE: _____

1ª Testemunha: Valmarck de Almeida Sousa

Manoel de Sousa Lacerda
Manoel de Sousa Lacerda
Agente de Polícia Civil
Mat. 168345-4



SEGURO DPVAT – PROTOCOLO DE RECEPÇÃO DE DOCUMENTOS



COBERTURA SOLICITADA

() MORTE ☒ INVALIDEZ PERMANENTE () DAMS

IDENTIFICAÇÃO DA VÍTIMA

VÍTIMA Mayara de Souza Medeiros de Almeida

DATA DO ACIDENTE 25/09/17 POSSUI CPF () SIM () NÃO Nº CPF 070057244-96

PARA VÍTIMAS OU BENEFICIÁRIOS COM IDADE DE 0 A 15 ANOS

- () Documento de identificação do Representante Legal (cópia simples)
- () CPF do Representante Legal (cópia simples)
- () Comprovante de residência do representante legal (cópia simples), ou declaração de residência (original).

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- Com base na legislação em vigor, poderão ser solicitados documentos complementares.
- Para acompanhar o pedido de indenização, acesse www.seguradoralider.com.br ou ligue grátis SAC DPVAT 0800 022 1204.
- Todos os documentos devem estar legíveis

DOCUMENTOS BÁSICOS DA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

- ☒ Registro de Ocorrência Policial – original ou cópia autenticada. ☒ Sim () Não
- ☒ Documentos médicos/hospitalares que demonstrem o tratamento médico realizado pela vítima (cópia simples)
- ☒ Comprovante de Ato Declaratório – quando necessário
- () Laudo de Invalidez do IML – original ou cópia autenticada () Sim () Não
- () Declaração de Ausência de Laudo do IML (original), junto com relatório médico, comprovando a existência de sequelas permanentes, com a data da alta definitiva – somente na impossibilidade de apresentar o laudo do IML.
- ☒ Declaração do Proprietário do veículo – quando necessário
- ☒ Documento de identificação da vítima (cópia simples)
- ☒ CPF da vítima (cópia simples)
- ☒ Comprovante de residência em nome da vítima (cópia simples) ou comprovante de residência em nome de terceiro (cópia simples), juntamente com declaração de residência (original)
- ☒ Autorização de pagamento (original), com documentos que confirmem os dados bancários (vide orientações no próprio formulário)

DOCUMENTOS BÁSICOS DA COBERTURA DE DAMS

- () Registro de Ocorrência Policial – original ou cópia autenticada () Sim () Não
- () Documentos médicos/hospitalares que demonstrem o tratamento médico realizado pela vítima (cópia simples)
- () Comprovante de Ato Declaratório – quando necessário
- ☒ Comprovações das despesas (recibos e notas fiscais), contendo a discriminação dos honorários médicos e despesas médicas (materiais e medicamentos), juntamente com os recibos médicos (originais)
- () Declaração do Proprietário do veículo – quando necessário
- ☒ Documento de identificação da vítima (cópia simples)
- () CPF da vítima (cópia simples)
- () Comprovante de residência em nome da vítima (cópia simples) ou comprovante de residência em nome de terceiro (cópia simples), juntamente com declaração de residência (original)
- () Autorização de pagamento (original), com documento que confirme os dados bancários (orientações no próprio formulário)

DOCUMENTOS BÁSICOS DA COBERTURA DE MORTE

- () Registro de Ocorrência Policial – original ou cópia autenticada () Sim () Não
- () Certidão de óbito da vítima – cópia autenticada: () Sim () Não
- () Comprovante de Ato Declaratório – quando necessário
- () Documento de identificação da vítima (cópia simples)
- () CPF da vítima (cópia simples)
- () Documento de identificação de todos os beneficiários (cópia simples)
- () CPF de todos os beneficiários (cópia simples)
- () Comprovante de residência dos beneficiários (cópia simples) ou comprovante de residência em nome de terceiro (cópia simples), juntamente com declaração de Residência (original).
- () Autorização de pagamento para todos os beneficiários (original), com documentos que confirmem os dados bancários (vide orientações no próprio formulário)
- () Laudo Cadavérico (IML) – somente quando solicitado - Cópia Autenticada: () Sim () Não

DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DOS BENEFICIÁRIOS – COBERTURA MORTE

- BENEFICIÁRIO CÔNJUGE (ESPOSO OU ESPOSA)**
 - () Certidão de Casamento com data atual (cópia simples)
 - () Declaração de Cônjuge (original)
- BENEFICIÁRIO COMPANHEIRO (A)**
 - () Prova de companheirismo junto ao INSS, ou declaração de dependentes junto à Receita Federal, ou prova de dependência através da carteira de trabalho, ou Alvará Judicial reconhecendo a união estável (cópia simples)
- BENEFICIÁRIO COMPANHEIRO (A) E CÔNJUGE – QUANDO AMBOS (AS) SÃO BENEFICIÁRIOS (AS)**
 - () Prova de companheirismo junto ao INSS, ou declaração de dependentes junto à Receita Federal ou Decisão Judicial que reconheça a união estável (cópia simples)
- () Certidão de Casamento, com data atual (cópia simples)
- () Declaração de Separação de Fato (original), declarada pelo cônjuge
- () Termo de Conciliação (original), assinado pelo(a) companheiro(a), e o cônjuge
- BENEFICIÁRIO DESCENDENTE (FILHO(A) OU NETO(A))**
 - () Declaração de Únicos Herdeiros (original)
- BENEFICIÁRIO ASCENDENTE (PAI, MÃE OU AVÓS)**
 - () Declaração de Únicos Herdeiros (original)
- BENEFICIÁRIO COLATERAL (IRMÃO, IRMÃ, TIO (A) OU SOBRINHO(A))**
 - () Declaração de Únicos Herdeiros (original)
- () Certidão de Óbito dos pais da vítima (cópia simples)
- () Certidão de Óbito dos filhos da vítima – quando necessário - (cópia simples)
- () Outros Documentos apresentados:

PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO

Portador da documentação (Nome) Mayara de Souza Medeiros de Almeida

Quem é o portador? () Vítima () Beneficiário () Representante Legal - CPF do portador 070057244-96

E-mail mayara.souza@lider.com.br Assinatura [Assinatura] Tel: (08 3131 3038)

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO

Ponto de Atendimento (Nome do Ponto) Ac Tomba

Atendente Mayara de S. Almeida Matrícula 2478064

Data: 26/10/17 Assinatura: [Assinatura]

ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Ag: 30301025 - AC POMBA

POMBA - PB
CNPJ: 3400316371511 Tel.:
Ins. Est.: 160743300

GERENCIANTE DO CLIENTE

Cliente: SEGURADORA LULU CORDEIRO SEGU
CNPJ/CPE: 07249609000164
Doc. Post.: 25400545
Contrato: 011229036 Cod. Adm.: 11206700
Cartão: 1226705

Movimento: 26/01/2017 Hora: 09:03:38
Caixa: 83572945 Matrícula: 04780649
Lancamento: 006 Atendimento: 00003
Modalidade: A Faturar ID Inq: 18119250

DESCRIÇÃO	QTD.	PREÇO(R\$)
SEGURO DE VITA ATE 30	1	21,75*
Valor do Porte(R\$)		21,75
Peso real (G)		140
CNPJ/CPE Remet:		00005724496
Nome Remetente:		Isorena Wanderley Formiga
Cont. Nome:		de Almeida
Endereço Remet:		RUA Edison Jose de Assis,2
Cont. Endereço:		96 - vida nova
Cep Remetente:		50840-000
Cidade Remetente:		POMBA
UF Remetente:		PB
POSTAL RESPOSTA DEV	1	26,00*
Valor do Porte(R\$)		26,00
Cep Destino:		20051-205 (RJ)
Peso real (G)		140
OBJETO:		DY181192500000

TOTAL DO ATENDIMENTO(R\$) 49,75

Valor Declarado não solicitado:
No caso de objeto com valor,
utilize o serviço adicional de valor declarado

A FATURAR

Reconheço a prestação dos serviços acima
prestados, e o qual(is) postarei mediante
apresentação de fatura. Os valores constantes
deste comprovante poderão sofrer variações de
acordo com as cláusulas contratuais.

Nome: RA
Ass. Responsável:

SERV. POSTAIS: DIÁRIOS E DIÁRIOS 111 063073

Os prazos de entrega poderão sofrer atrasos.
CAC- Capital e Reg. Metropolitana 30030100
Demais Localidades: 0000254202

VIA-CLIENTE SARA 7.7.08

DY 18119250 0 BR





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Mista de Pombal

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0800218-44.2018.8.15.0301

DESPACHO

Intime-se a autora, por seu patrono, para comprovar o pedido administrativo e o respectivo indeferimento pela seguradora, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial por falta de interesse de agir, na esteira na jurisprudência do STF.

Adverta-se que a recusa administrativa por ausência de apresentação dos documentos solicitados pela seguradora também induz à inexistência do interesse processual.

Após o prazo, renove-se a conclusão.

POMBAL, 29 de abril de 2018.

Juiz(a) de Direito



**EXCELENTÍSSIMO (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 1ª VARA MISTA DA
COMARCA DE POMBAL – PB.**

Processo nº. 0800218-44.2018.8.15.0301

LORENA WANDERLEY FORMIGA DE ALMEIDA, já devidamente qualificada nos autos em epigrafe, instada a cumprir despacho, vem através de seus procuradores infra-assinados, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, requerer:

a) A juntada do comprovante de protocolo administrativo, conforme cópia em anexo;

b) Informar que não existe indeferimento administrativo como bem informado na inicial. A promovente pleiteia na presente ação a diferença dos valores que lhe é devido por direito e que não foi pago em sua totalidade pela parte promovida.

Nestes Termos,

Pede e Espera Deferimento.

Pombal-02 de maio de 2018.

**Bela. Mayara Roagna De Sousa Medeiros
OAB/PB.21.001**



Bel. Rhaniel Bezerra Wanderley e Lima

OAB/PB 20.538



SEGURO DPVAT – PROTOCOLO DE RECEPÇÃO DE DOCUMENTOS



COBERTURA SOLICITADA

() MORTE ☒ INVALIDEZ PERMANENTE () DAMS

IDENTIFICAÇÃO DA VÍTIMA

VÍTIMA Mayara de Souza Medeiros de Almeida

DATA DO ACIDENTE 25/09/17 POSSUI CPF () SIM () NÃO Nº CPF 070057244-96

PARA VÍTIMAS OU BENEFICIÁRIOS COM IDADE DE 0 A 15 ANOS

- () Documento de identificação do Representante Legal (cópia simples)
- () CPF do Representante Legal (cópia simples)
- () Comprovante de residência do representante legal (cópia simples), ou declaração de residência (original).

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- Com base na legislação em vigor, poderão ser solicitados documentos complementares.
- Para acompanhar o pedido de indenização, acesse www.seguradoralider.com.br ou ligue grátis SAC DPVAT 0800 022 1204.
- Todos os documentos devem estar legíveis

DOCUMENTOS BÁSICOS DA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

- ☒ Registro de Ocorrência Policial – original ou cópia autenticada. ☒ Sim () Não
- ☒ Documentos médicos/hospitalares que demonstrem o tratamento médico realizado pela vítima (cópia simples)
- ☒ Comprovante de Ato Declaratório – quando necessário
- () Laudo de invalidez do IML – original ou cópia autenticada () Sim () Não
- () Declaração de Ausência de Laudo do IML (original), junto com relatório médico, comprovando a existência de sequelas permanentes, com a data da alta definitiva – somente na impossibilidade de apresentar o laudo do IML.
- ☒ Declaração do Proprietário do veículo – quando necessário
- ☒ Documento de identificação da vítima (cópia simples)
- ☒ CPF da vítima (cópia simples)
- ☒ Comprovante de residência em nome da vítima (cópia simples) ou comprovante de residência em nome de terceiro (cópia simples), juntamente com declaração de residência (original)
- ☒ Autorização de pagamento (original), com documentos que confirmem os dados bancários (vide orientações no próprio formulário)

DOCUMENTOS BÁSICOS DA COBERTURA DE DAMS

- () Registro de Ocorrência Policial – original ou cópia autenticada () Sim () Não
- () Documentos médicos/hospitalares que demonstrem o tratamento médico realizado pela vítima (cópia simples)
- () Comprovante de Ato Declaratório – quando necessário
- ☒ Comprovações das despesas (recibos e notas fiscais), contendo a discriminação dos honorários médicos e despesas médicas (materiais e medicamentos), juntamente com os recibos médicos (originais)
- () Declaração do Proprietário do veículo – quando necessário
- ☒ Documento de identificação da vítima (cópia simples)
- () CPF da vítima (cópia simples)
- () Comprovante de residência em nome da vítima (cópia simples) ou comprovante de residência em nome de terceiro (cópia simples), juntamente com declaração de residência (original)
- () Autorização de pagamento (original), com documento que confirme os dados bancários (orientações no próprio formulário)

DOCUMENTOS BÁSICOS DA COBERTURA DE MORTE

- () Registro de Ocorrência Policial – original ou cópia autenticada () Sim () Não
- () Certidão de óbito da vítima – cópia autenticada: () Sim () Não
- () Comprovante de Ato Declaratório – quando necessário
- () Documento de identificação da vítima (cópia simples)
- () CPF da vítima (cópia simples)
- () Documento de identificação de todos os beneficiários (cópia simples)
- () CPF de todos os beneficiários (cópia simples)
- () Comprovante de residência dos beneficiários (cópia simples) ou comprovante de residência em nome de terceiro (cópia simples), juntamente com declaração de Residência (original).
- () Autorização de pagamento para todos os beneficiários (original), com documentos que confirmem os dados bancários (vide orientações no próprio formulário)
- () Laudo Cadavérico (IML) – somente quando solicitado - Cópia Autenticada: () Sim () Não

DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DOS BENEFICIÁRIOS – COBERTURA MORTE

- BENEFICIÁRIO CÔNJUGE (ESPOSO OU ESPOSA)**
 - () Certidão de Casamento com data atual (cópia simples)
 - () Declaração de Cônjuge (original)
- BENEFICIÁRIO COMPANHEIRO (A)**
 - () Prova de companheirismo junto ao INSS, ou declaração de dependentes junto à Receita Federal, ou prova de dependência através da carteira de trabalho, ou Alvará Judicial reconhecendo a união estável (cópia simples)
- BENEFICIÁRIO COMPANHEIRO (A) E CÔNJUGE – QUANDO AMBOS (AS) SÃO BENEFICIÁRIOS (AS)**
 - () Prova de companheirismo junto ao INSS, ou declaração de dependentes junto à Receita Federal ou Decisão Judicial que reconheça a união estável (cópia simples)
- () Certidão de Casamento, com data atual (cópia simples)
- () Declaração de Separação de Fato (original), declarada pelo cônjuge
- () Termo de Conciliação (original), assinado pelo(a) companheiro(a), e o cônjuge
- BENEFICIÁRIO DESCENDENTE (FILHO(A) OU NETO(A))**
 - () Declaração de Únicos Herdeiros (original)
- BENEFICIÁRIO ASCENDENTE (PAI, MÃE OU AVÓS)**
 - () Declaração de Únicos Herdeiros (original)
- BENEFICIÁRIO COLATERAL (IRMÃO, IRMÃ, TIO (A) OU SOBRINHO(A))**
 - () Declaração de Únicos Herdeiros (original)
- () Certidão de Óbito dos pais da vítima (cópia simples)
- () Certidão de Óbito dos filhos da vítima – quando necessário - (cópia simples)
- () Outros Documentos apresentados:

PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO

Portador da documentação (Nome) Mayara de Souza Medeiros de Almeida

Quem é o portador? () Vítima () Beneficiário () Representante Legal - CPF do portador 070057244-96

E-mail mayara.souza@lider.com.br Assinatura [Assinatura] Tel: (08 3131 3038)

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO

Ponto de Atendimento (Nome do Ponto) Ac Tomba

Atendente Mayara de S. Almeida Matrícula 2478064

Data: 26/10/17 Assinatura: [Assinatura]

ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Ag: 30301025 - AC POMBA

POMBA - PB
CNPJ: 3400316371519 Tel.:
Ins. Est.: 160743300

GERENCIANTE DO CLIENTE

Cliente: SEGURADORA LULU CORDEIRO SEGU
CNPJ/CPE: 07249609000164
Doc. Post.: 25400545
Contrato: 011229036 Cod. Adm.: 11206700
Cartão: 1226705

Movimento: 26/01/2017 Hora: 09:03:38
Caixa: 83572945 Matrícula: 04780649
Lancamento: 006 Atendimento: 00003
Modalidade: A Faturar ID Inquete: 1817533873

DESCRIÇÃO	QTD.	PREÇO(R\$)
SEGURO PRIVAT ATE 30	1	21,75*
Valor do Porte(R\$)		21,75
Peso real (G)		140
CNPJ/CPE Remet:		07075724496
Nome Remetente:		Isorena Wanderley Formiga
Cont. Nome:		de Almeida
Endereço Remet:		RUA Edison José de Assis, 2
Cont. Endereço:		96 - vida nova
Cep Remetente:		50840-000
Cidade Remetente:		POMBA
UF Remetente:		PB
POSTAL RESPOSTA DEV	1	26,00*
Valor do Porte(R\$)		26,00
Cep Destino:		20051-205 (RJ)
Peso real (G)		140
OBJETO:		DY18119250 0 BR

TOTAL DO ATENDIMENTO(R\$) 49,75

Valor Declarado não solicitado:
No caso de objeto com valor,
utilize o serviço adicional de valor declarado

A FATURAR

Reconheço a prestação dos serviços acima
prestados, e o qual(is) postarei mediante
apresentação de fatura. Os valores constantes
deste comprovante poderão sofrer variações de
acordo com as cláusulas contratuais.

Nome: RA
Ass. Responsável:

SERV. POSTAIS: DIÁRIOS E DIÁRIOS 111 063073

Os prazos de entrega poderão sofrer atrasos.
CAC- Capital e Reg. Metropolitana 30030100
Demais Localidades: 00002542/2

VIA-CLIENTE SARA 7.7.08



CERTIDÃO

Nesta data fica o advogado da parte autora intimado para cumprimento do despacho no prazo de 15 dias.





Poder Judiciário do Estado da Paraíba

1ª Vara Mista da Comarca de Pombal

Processo n.º: 0800218-44.2018.8.15.0301

Assunto: [SEGURO]

Classe: PROCEDIMENTO COMUM (7)

Parte Autora: LORENNIA WANDERLEY FORMIGA

Parte Ré: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

DESPACHO



Pugna a parte autora pela concessão dos benefícios da Assistência Judiciária Gratuita.

Nesse sentido, o art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe que *"o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos"*.

Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família.

A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece presunção relativa da hipossuficiência, nos termos do art. 99, § 3º, do CPC.

Posto isso, intime-se a parte autora para, em um prazo de 15 (quinze) dias, juntar **cópias dos comprovantes de rendimentos dos últimos 03 (três) meses** ou, **cumulativamente**, os seguintes documentos, sob pena de indeferimento do benefício da gratuidade de justiça, ou, no mesmo prazo, efetuar o recolhimento das custas judiciais, sob pena de indeferimento da petição inicial e o consequente cancelamento da distribuição (art. 321 c/c 290, ambos do CPC):

a. cópia dos extratos bancários de contas de titularidade da parte autora dos últimos três meses;

b cópia dos extratos de cartão de crédito da parte autora dos últimos três meses;

c. cópia da última declaração do imposto de renda da parte autora apresentada à Secretaria da Receita Federal;

d. cópia da inscrição como trabalhador rural junto ao sindicato correspondente, caso se autodeclare agricultor;



e. extrato de benefício de aposentadoria;

e. guia de recolhimento de custas emitida pelo TJPB, indicando qual o valor das custas processuais (Art. 1º, § 3º, da Portaria Conjunta nº 02/2018 - <https://www.tjpb.jus.br/custas-judiciais>).

Ressalto que a parte deverá cumprir todos os itens acima, ou, na impossibilidade de informar qualquer um deles, deverá formular justificativa plausível.

Cumpra-se.

Pombal/PB, data e assinatura eletrônicas.

Juiz de Direito



CIENTE DA INTIMAÇÃO.





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Mista de Pombal

Rua José G. de Santana, 414, Centro, POMBAL - PB - CEP: 58840-000

Número do Processo: 0800218-44.2018.8.15.0301
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [Seguro]
Polo ativo: AUTOR: LORENNIA WANDERLEY FORMIGA
Polo passivo: REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico que, intimadas do despacho ID 19499741, a autora por suas advogados não se manifestaram nos autos.

POMBAL, 21 de outubro de 2020
TEOFILO FELIX DE FRANCA JUNIOR





Poder Judiciário da Paraíba

COMARCA DE POMBAL – 1ª VARA MISTA

DECISÃO

Vistos, etc.

Compulsando os presentes autos, verifico que a parte autora, regularmente intimada, deixou transcorrer sem manifestação o prazo para a juntada dos documentos necessários à apreciação do pedido da gratuidade da justiça.

Destarte, diante da não comprovação da insuficiência de recursos para pagar as custas e as despesas processuais, INDEFIRO o benefício da gratuidade da justiça.

Intime-se a parte autora para tomar conhecimento acerca desta decisão e, em 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição (NCPC, art. 290).

Decisão publicada com a inserção no sistema PJe.

PATOS, 22 de outubro de 2020.

Juiz(a) de Direito



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
COMARCA DE POMBAL**

Juízo do(a) 1ª Vara Mista de Pombal

Rua José G. de Santana, 414, Centro, POMBAL - PB - CEP: 58840-000

Tel.: () ; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.

EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO - PROMOVENTE

Nº DO PROCESSO: 0800218-44.2018.8.15.0301

CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [Seguro]

AUTOR: LORENNA WANDERLEY FORMIGA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Dr(a). , MM Juiz(a) de Direito deste 1ª Vara Mista de Pombal, e em cumprimento a determinação constante dos autos da ação de nº 0800218-44.2018.8.15.0301 (número identificador do documento transcrito abaixo), **fica(m) a(s) parte(s) AUTOR: LORENNA WANDERLEY FORMIGA**, através de seu(s) advogado(s) abaixo indicado(s), **INTIMADA(s)** para tomar ciência do seguinte DESPACHO:

"Compulsando os presentes autos, verifico que a parte autora, regularmente intimada, deixou transcorrer sem manifestação o prazo para a juntada dos documentos necessários à apreciação do pedido da gratuidade da justiça.

Destarte, diante da não comprovação da insuficiência de recursos para pagar as custas e as despesas processuais, INDEFIRO o benefício da gratuidade da justiça.

Intime-se a parte autora para tomar conhecimento acerca desta decisão e, em 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição (NCPC, art. 290) ”.

Advogados do(a) AUTOR: MAYARA ROAGNA DE SOUSA MEDEIROS - PB21001, RHANIEL BEZERRA WANDERLEY E LIMA - PB20538

Prazo: 15 dias

De ordem do(a) MM Juiz(a) de Direito, **ficam a(s) parte(s) e seu(s) advogado(s) ADVERTIDOS** que a presente intimação foi encaminhada, **via sistema**, exclusivamente ao(s) advogado(s) que se encontrava(m), no momento da expedição, devidamente cadastrado(s) e validado(s) no PJe/TJPB, conforme disposto na Lei Federal nº 11.419/2006.

Observação: A eventual ausência de credenciamento resulta na intimação automática apenas do(s) advogado(s) habilitado(s) que esteja(m) devidamente cadastrado(s) e validado(s) no sistema PJe do TJPB, uma vez que a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico somente é admitida mediante uso de assinatura eletrônica, sendo, portanto, obrigatório o credenciamento prévio no Poder Judiciário, conforme arts. 2º, 5º e 9º da Lei 11.419/2006 c/c art. 7º da Resolução 185/2013/CNJ.

POMBAL-PB, em 5 de novembro de 2020

De ordem, IVANOSKA SALGADO DE ASSIS BANDEIRA
Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR O DESPACHO ACESSO O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: XXXX



CIENTE DA INTIMAÇÃO.





ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE POMBAL – 1ª VARA MISTA

SENTENÇA

PROCESSO Nº 0800218-44.2018.8.15.0301

Vistos.

Trata-se de processo em que houve o indeferimento do benefício da gratuidade da justiça, tendo a parte autora deixado transcorrer sem manifestação o prazo para o recolhimento das custas judiciais.

É o relatório. Decido.

No caso dos presentes autos, a parte autora não efetuou o pagamento das custas judiciais devidas, de modo que se impõe a extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos dos artigos 102, parágrafo único, e 485, inciso X, do NCPC.

Diante do exposto, com fundamento nos artigos 102, parágrafo único, e 485, inciso X, do NCPC, extingo o processo sem resolução do mérito, por ausência de pagamento das custas judiciais.

Sentença publicada e registrada com a inserção no sistema PJe.

Intime-se a parte autora.

Dispensada a intimação da parte ré, ainda não citada.

Com o trânsito em julgado, archive-se.

Pombal, 30 de novembro de 2020.

Luiz Gonzaga Pereira de Melo Filho

JUIZ DE DIREITO

CIENTE DA SENTENÇA EM INTEIRO TEOR.